

## **Norma Social**

**Cristina Pereira Vieira e Paulo Manuel Costa**

A Norma Social estabelece orientações quanto ao modo como devem ser constituídas e desenvolvidas as relações entre os indivíduos de uma dada sociedade, tornando possível e contribuindo para a reprodução da ordem social.

As regras que as normas sociais expressam permitem saber quais os comportamentos corretos e aqueles que são incorretos, o que deve e como deve ser feito. Elas são uma necessidade para o desenvolvimento da vida social, pois a sua inexistência não permitiria a partilha de um padrão de práticas do quotidiano. Numa situação de ausência de regras toda a ação social teria que ser permanentemente negociada para se encontrar uma plataforma comum de entendimento, o que seria muito oneroso para os intervenientes, sem que existisse a garantia de conseguir obter um acordo.

A aceitação das normas sociais é facilitada pelo facto delas refletirem os valores partilhados numa dada sociedade, criando expectativas quanto aos comportamentos sociais do “outro”. Por isso, as normas sociais são um fator de certeza nas relações sociais. Ao mesmo tempo, elas refletem a ritualização ou a institucionalização de sentimentos de tristeza ou de agrado, de repugnância ou de satisfação, de vergonha ou de desinibição, sensações que são incorporadas e fixadas nos indivíduos, de tal forma que são por eles tidas como naturais.

As normas sociais não são uniformes, nem imutáveis. Elas são determinadas pelo contexto social e cultural em que se desenvolvem as relações sociais. Por isso, é possível que uma certa conduta, num dado contexto cultural, seja objeto de um juízo de valor negativo, enquanto noutro esse mesmo comportamento pode ser apreciado positivamente. Assim, por exemplo, arrotar no final da refeição será reprovado numa sociedade como a portuguesa, mas em outras culturas poderá servir para demonstrar o apreço por uma boa refeição. O conteúdo das normas sociais pode sofrer alterações com o evoluir do tempo. Por exemplo, se olharmos para a transformação do traje de banho usado na praia, percebemos que em muito pouco tempo, nomeadamente nas mulheres, se aceitou que o corpo ficasse mais exposto.

Para que possamos falar em norma social, é necessário que a regra de conduta seja acompanhada pela previsão de sanções para o seu não cumprimento, de modo a que seja incentivada a conformidade e condenada a não correspondência. É a sanção que permite distinguir a norma social de práticas habituais que, embora sendo seguidas por muitas pessoas, não têm um carácter obrigatório, como é o caso, por exemplo, de lavar os dentes depois das refeições ou de tomar banho de manhã ou à noite.

As sanções que são aplicadas em caso de não cumprimento da norma social podem assumir diferentes formas, mas caracterizam-se por terem carácter informal, ou seja, não existe uma tipificação de sanções a aplicar, como sucede com a Lei, nem existe uma entidade responsável pelo controlo do cumprimento das normas sociais.

A desconformidade de comportamentos pode ser sancionada, por exemplo, com a reprovação social, o ostracismo ou a construção de uma reputação negativa, ou implicar consequências psicológicas negativas para o seu autor, como a formação de sentimentos de culpa ou de remorso. Isto não significa que as sanções não possam ter uma natureza mais grave, com a aplicação de castigos físicos ou psicológicos, ou mesmo com a morte, como sucede nos denominados «crimes de honra». No entanto, estas sanções são menos frequentes não só pelo custo associado à sua aplicação, mas também porque elas violam disposições normativas fundamentais que protegem os indivíduos e interferem com o poder punitivo do Estado.

A norma jurídica é uma regra de conduta social, que determina um certo padrão de conduta que deverá ser seguido, sob pena da aplicação de uma sanção. Deste modo, à primeira vista, a norma jurídica e a norma social parecem muito semelhantes e é até possível que ambas prevejam a mesma obrigatoriedade de comportamento. No entanto, as diferenças entre ambas são significativas e podem situar-se em dois planos:

- i) A norma jurídica resulta de uma criação “externa”, ou seja, é produzida pelo aparelho estadual (ela é administrada de forma vertical), destinando-se a ser cumprida por todos os indivíduos que estejam sujeitos à respetiva autoridade; por sua vez, a norma social impõe um comportamento que é seguido pela maioria dos membros de uma dada sociedade (ela é administrada de forma horizontal) e, portanto, a convicção da sua obrigatoriedade resulta da observância da regularidade de um determinado modo de agir face a uma certa situação.
- ii) Em caso de incumprimento da norma jurídica, o infrator fica sujeito a uma sanção imposta pelo Estado, o qual detém o monopólio da força no interior do território; por sua vez, a violação da norma social também sujeita o infrator a sanções, mas, como se disse, estas assumem uma natureza diversa, porque são informais, não estão tipificadas e não são ministradas “centralmente”.

Apesar do referido carácter horizontal, as normas sociais são influenciadas pelas relações de poder existentes e por aquilo que Bourdieu (1979) designa como o *poder simbólico*. Neste sentido, as classes dominantes, beneficiárias de um capital simbólico disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, exercem o poder sobre a restante sociedade, promovendo um consenso acerca do sentido do mundo social e a reprodução da ordem social dominante.

Uma vez que as normas sociais coexistem com as normas jurídicas, o que sucede quando existe um conflito? Pode a norma jurídica alterar a norma social? A aprovação de uma norma jurídica pode tornar mais fácil a violação de uma norma social, uma vez que liberta o agente das consequências negativas que lhe estão associadas (Bichierri & Mercier 2014, 40). No entanto, para que a norma jurídica altere os comportamentos sociais, é necessário que as pessoas lhe reconheçam legitimidade e acreditem que os outros irão também mudar os seus comportamentos (Bichierri & Mercier 2014, 41-42). Simultaneamente, é necessário que a alternativa de comportamento prescrita pela norma jurídica seja viável (Bichierri & Mercier 2014, 46).

E pode a norma social contrariar a norma jurídica? Como se disse anteriormente, se as pessoas não reconhecerem legitimidade à norma jurídica ou se não acreditarem que os outros irão seguir as suas prescrições adotarão ou manterão o comportamento prescrito pela norma social, a menos que o custo do não cumprimento da lei seja muito elevado.

## **Referências**

- Bichierri, Cristina. 2006. *The Grammar of Society: The Nature and Dynamics of Social Norms*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bichierri, Cristina & Mercier, Hugo. 2014. «Norms and Beliefs: How Change Occurs». In *The complexity of Social Norms*, eds. Maria Xenitidou & Bruce Edmonds. Switzerland: Springer, 37-54.
- Bourdieu, Pierre. 1979. *La Distinction*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Elias, Norbert. 1989. *O Processo Civilizacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Giddens, Anthony. 2000. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.